Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº 16/2011.

"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS"

A Câmara Municipal aprovou e eu Margareti Rose de Oliveira Groot, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica expressamente proibida a retirada e qualquer alteração das placas comemorativas, já instaladas, de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, em todo o território do Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, novas placas poderão ser acrescidas no local, desde que, conservadas as originalmente colocadas.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", em 20 de maio de 2011.

VEREADOR WILSON BARBOSA

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
04/07/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01924/2011
Data: 20/05/2011 Hora: 11:38:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: PROJ. DE LEI Nº013/2011, DISPÕE SOBRE PLACAS, VER. WILSON BARBOSA.

Fl Nº 001/2011
Processo 066/2011

DESPACHO

GP em 20 de maio de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 002 / 2011

Processo 066 / 2011

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 16/2011.

Caros Colegas Vereadores

Por meio do presente Projeto de Lei, tenho a satisfação de propor norma proibitiva, com a finalidade de se proibir que placas comemorativas afixadas em bens municipais que já se encontram instaladas por ocasião de sua inauguração, venham a ser retiradas do seu local, por qualquer motivo.

A presente proposta tem por objeto resguardar as identificações originais constantes das placas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, resguardando os méritos aos administradores que ocupavam seus cargos à época de sua construção e inauguração, bem como preservar para a história de nossa cidade, pois uma cidade sem história, não tem futuro.

Ressalte-se que se resguarda o direito à novos governantes, se por ventura, vierem a ocorrer alterações e ou reformas, para que possam será afixadas novas placas, porém, deverão ser preservadas as originais, até mesmo, como forma de respeito e consideração àqueles que por aquilo trabalharam.

Pelas razões expostas é que pleiteio dos Nobres Pares a aprovação da presente propositura, bem como a mesma receba a aquiescência do Executivo.

Data supra.

VEREADOR WILSON BARBOSA

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 06 / 2011
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
04/07/2011
PRESIDENTE

Fl Nº 003 / 2011
066 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº 16/2011.

"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS"

A Câmara Municipal aprovou e eu Margareti Rose de Oliveira Groot, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica expressamente proibida a retirada e qualquer alteração das placas comemorativas, já instaladas, de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, em todo o território do Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, novas placas poderão ser acrescidas no local, desde que, conservadas as originalmente colocadas.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", em 20 de maio de 2011.

VEREADOR WILSON BARBOSA

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/2011
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
04/07/2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01924/2011
Data: 20/05/2011 Hora: 11:38:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: PROJ. DE LEI Nº013/2011, DISPÕE SOBRE PLACAS, VER. WILSON BARBOSA.

Fl Nº 004/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 16/2011.

Caros Colegas Vereadores

Por meio do presente Projeto de Lei, tenho a satisfação de propor norma proibitiva, com a finalidade de se proibir que placas comemorativas afixadas em bens municipais que já se encontram instaladas por ocasião de sua inauguração, venham a ser retiradas do seu local, por qualquer motivo.

A presente proposta tem por objeto resguardar as identificações originais constantes das placas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, resguardando os méritos aos administradores que ocupavam seus cargos à época de sua construção e inauguração, bem como preservar para a história de nossa cidade, pois uma cidade sem história, não tem futuro.

Ressalte-se que se resguarda o direito à novos governantes, se por ventura, vierem a ocorrer alterações e ou reformas, para que possam será afixadas novas placas, porém, deverão ser preservadas as originais, até mesmo, como forma de respeito e consideração àqueles que por aquilo trabalharam.

Pelas razões expostas é que pleiteio dos Nobres Pares a aprovação da presente propositura, bem como a mesma receba a aquiescência do Executivo.

Data supra.

VEREADOR WILSON BARBOSA

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 06 / 2011
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
04/07/2011
PRESIDENTE

Fl Nº 005 / 2011
Processo 066 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 2 de maio de 2011.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho o ***Projeto de Lei nº016/2011"DISPÕE SOBRE PLACAS INFORMATIVAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS",*** *para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra,2 de maio de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para relator do Projeto de Lei nº016/2011, o Vereador Mariana Regitano Hendrikx

Recebi 2 de maio de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl Nº 006/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 02 de maio de 2011.

À COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

*Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho"**Projeto de Lei nº016/2011" DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS".** para exame que para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 2 de maio de 2011.

VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO
Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e parcelamento do Solo.

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para Relator o Projeto de Lei nº. 016/2011, o Vereador Donizetti Fernandes de Almeida.

Recebi em 2 de maio de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Obras.

Fl. Nº 007/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 16 de 20 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, iniciativa, constitucionalidade, validade jurídica e possibilidade de implantação;

Considerando que o intuito deste Projeto de Lei, é proibir apenas que placas comemorativas, de antigas gestões, sejam retiradas, por questões políticas individuais, que não devem prevalecer sobre o interesse histórico/moral maior da Comunidade de Holambra;

Considerando a forma legal de manter as raízes históricas da vida Política do Município da Estância Turística de Holambra e de toda a Comunidade;

Considerando, por aplicação analógica, o que determina a Lei Orgânica do Município de Ipameri, Estado de Goiás, abaixo transcrita, em parte:

> **" ... Art. 15. É competência comum do Município com a União e com o Estado:**
> **...**
> **XIII - proibir a retirada de placas comemorativas ou históricas em próprios públicos, fixadas pelas administrações anteriores, sendo observado:**
> **a) em caso de reforma, será mantida a placa original;**
> **b) em caso de depredação por terceiros, fica o Poder Executivo responsável pela confecção de nova placa, preservando a inscrição original;**
> **c) a infração a esta norma autoriza a retirada da placa nova e substituição pela anterior, pela autoridade competente. ...". (g.n.).**

Considerando que não existe vício de iniciativa, inconstitucionalidade, ou outro ato que desabone esta iniciativa;

Considerando o que determina o inciso I do artigo 30 da CF e ainda, por não ferir o artigo 61, do mesmo diploma legal, parágrafos e incisos seguintes;

Concluí-se que o referido projeto é legal, devendo ser mantido nas Comissões, e com base neste parecer, ser aprovado e enviado para o plenário para votação final e, possível aprovação, posto sua total viabilidade e constitucionalidade.

S.M.J., é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 16 de junho de 2.011.

ROBERTO LAFFYTHY LINO - DIRETOR JURÍDICO

Fl Nº 008/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise ao **Projeto de Lei nº 016/2011 com Emenda Modificativa nº001/2011, de autoria do Vereador Wilson Barbosa**, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei, tem por objeto, o seguinte:***"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS".***

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador MARIO LUIZ SITTA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F., estando o projeto em termos de legalidade.
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei, com Emenda Modificativa.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº016 com Emenda Modificativa nº001/2011**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 21 de junho de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 07 / 2011
PRESIDENTE

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

Fl Nº 009/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Cont.Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº016/2011

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 07 / 2011
PRESIDENTE

Fl Nº 010 / 2011
Processo 066 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO E OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em análise ao **Projeto de Lei nº 016/2011 com Emenda Modificativa nº001, de autoria do Vereador Wilson Barbosa,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte:***"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS".***

2) DO RELATÓRIO:

a) DA CONVÊNCIA E OPORTUNIDADE: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei com Emenda Modificativa.

3) DECISÃO DO RELATOR:

Em análise ao presente projeto apresentado e em consonância com o relatório apresentado pelo relator decide essa comissão competente, por EXARAR emissão do **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei com Emenda Modificativa,** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 21 de junho de 2011.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 07 / 2011
PRESIDENTE

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Vice-Presidente

DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA
Vereador/Secretário

Fl Nº 012 / 2011
066 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
16ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *04/07/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.*

ASSUNTO: *DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	S		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	no exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	A	—	

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 01

RESULTADOS: aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Fl Nº 013 / 2011
066 / 2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 01, AO PL Nº. 16/2011, de 20/05/2011, de iniciativa do Vereador Wilson Barbosa

O Artigo 2º, do Projeto de Lei nº. 16/2011, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º. – Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, deverão ser conservadas as placas originalmente colocadas, devendo as novas placas serem afixadas de maneira justaposta à placa original".

JUSTIFICATIVA:

A emenda tem por objetivo alterar a redação original, estabelecendo a forma que serão as referidas placas afixadas.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 09 de junho de 2011.

APROVADO
FAVORÁVEIS 06
CONTRÁRIOS 01
ABSTENÇÕES 00
04/07/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 06 / 2011
PRESIDENTE

VEREADORES:

WILSON BARBOSA

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01961/2011
Data: 16/06/2011 Hora: 10:40:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: EMENDA MODIFICATIVA Nº01 AO PL Nº016/2011. VEREADORES WILSON E NAIARA

FI Nº 014/2011
Processo 066/2011

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 01, AO PL Nº. 16/2011, de 20/05/2011, de iniciativa do Vereador Wilson Barbosa

O Artigo 2º, do Projeto de Lei nº. 16/2011, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º. – Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, deverão ser conservadas as placas originalmente colocadas, devendo as novas placas serem afixadas de maneira justaposta à placa original".

JUSTIFICATIVA:

A emenda tem por objetivo alterar a redação original, estabelecendo a forma que serão as referidas placas afixadas.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 09 de junho de 2011.

VEREADORES:

WILSON BARBOSA

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Fl Nº 015/2011
066/2011
Processo

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01961/2011
Data: 16/06/2011 Hora: 10:40:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: EMENDA MODIFICATIVA Nº01 AO PL Nº016/2011. VEREADORES WILSON E NAIARA

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
16ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *04/07/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001/2011.*

ASSUNTO: *DÁ NOVA REDAÇÃO NO ARTIGO 2º, DO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N		
ASTÉRIO PINTO FILHO	S		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	No exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	A	—	

VOTOS FAVORÁVEIS: 06

VOTOS CONTRÁRIOS: 01

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 01

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra – HOLAMBRA – S P

Fl. Nº 016/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
16ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *04/07/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *EMENDA ADITIVA Nº. 001/2011.*

ASSUNTO: *ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 2º, DO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N		
ASTÉRIO PINTO FILHO	N		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	N		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	no exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	A		

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: 03

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 01

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 019/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal, em 05 de julho de 2011.

Ofício nº. 044/2011

Assunto: *Encaminha Autógrafo*

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal,

Com os meus respeitosos cumprimentos, na qualidade de Presidente Desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o seguinte autógrafo:

Autógrafo nº. 018/2011, oriundo do Projeto de Lei nº. 016/2011, de iniciativa do Vereador Wilson Barbosa.

O referido projeto foi apreciado, deliberado e regularmente aprovado, na Sessão Ordinária, realizada em 04 de julho de 2011, neste Legislativo, gerando o autógrafo acima descrito.

Sem mais para o momento, reitero nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 2589/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 05 de Julho de 20 11
RESPONSÁVEL

A Sua Excelência a Senhora,
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 020 / 2011
Processo 066 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AUTÓGRAFO Nº. 018/2011
PROJETO DE LEI Nº. 016/2011

"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS"

A Câmara Municipal aprovou e eu Margareti Rose de Oliveira Groot, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - *Fica expressamente proibida a retirada e qualquer alteração das placas comemorativas, já instaladas, de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, em todo o território do Município da Estância Turística de Holambra.*

Artigo 2º - *Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, deverão ser conservadas as placas originalmente colocadas, devendo as novas placas serem afixadas de maneira justaposta à placa original.*

Parágrafo Único – *Nas placas de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, bem como, nas de reformas ou ampliações, deverão constar obrigatoriamente os nomes dos agentes políticos da gestão em exercício, ou seja, Prefeito, Vice Prefeito e todos os Vereadores, sem exceção.*

Artigo 3º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 05 de julho de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Vice-Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/2ª Secretária

Fl Nº 021/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Ofício n° 157/2011 – GPM

Recebi em 14 de 07 de 2011
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Holambra, 06 de Julho de 2011.

Senhor Presidente, venho, pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, as **Razões do Veto** ao Projeto de Lei nº 016/2011, aprovado por esta Colenda Câmara Municipal.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração.

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 02025/2011
Data: 14/07/2011 Hora: 10:04:00
Procedência: PODER EXECUTIVO
Assunto: OFÍCIO Nº157/2011 GPM, VETO AO PROJ. DE LEI Nº016/2011.

AO ILMO. SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

Fl Nº 022/2011
Processo 066/2011

G.P. 14/07/2011
1) Ciente,
2) à Secretaria p/as providências regimentais.

DESPACHO

GP em 14 de julho de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 023/2011

Processo 066/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

RAZÕES DO VETO AO PROJETO DE LEI N° 016/2011

SENHOR PRESIDENTE
NOBRES VEREADORES

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar o recebimento do Autógrafo nº 018/2011, do Projeto de Lei nº 016/2011, o qual **"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS"**, cuja segunda via restituo-lhe com o seguinte pronunciamento.

Conquanto o nobre escopo do projeto apresentado pelo Nobre Vereador a esta Egrégia Casa de Leis, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 66, §1º da Constituição Federal c.c. art. 46 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, **DECIDI VETAR INTEGRALMENTE, POR CONTRARIAR O INTERESSE PÚBLICO E EM RAZÃO DE VÍCIOS DE INICIATIVA, INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE** que o acometem, que a seguir expomos:

O Projeto de Lei em apreço tem por objetivo a proibição da retirada de placas comemorativas já instaladas de inauguração de obras, programas ou serviços públicos municipais, bem como a obrigatoriedade de constar em todas as placas de inaugurações, reformas ou ampliações os nomes dos agentes políticos da gestão em exercício.

Em que pese as argumentações trazidas pelo nobre edil, essa busca legislar em matéria que não é de competência dos vereadores ou do Poder Legislativo.

Ressalte-se que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, organização administrativa; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação,

Fl Nº 024/2011
Processo 066/2011

estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política.

Cabe ressaltar, que a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, nos incisos do art. 42, reforçou a privatividade do Chefe do Poder Executivo Municipal, para a iniciativa de leis, que disponham sobre a matéria avençada, acolhendo em seu texto o disposto no art. 61, § 1º, II, da Carta Política.

Assim, observa-se que o presente Projeto de Lei representa evidenciada invasão da competência reservada ao Poder Executivo Municipal, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, como faz a regra o art. 2º, da Constituição Federal.

Como se vê, o objeto da proposição contém disposição que fere o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, não cabe ao Poder Legislativo interferir na esfera de atuação do Poder Executivo.

Ao se criarem atribuições a determinado órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, a Câmara Municipal acaba por interferir na esfera de atuação do Poder Executivo, comportamento, este que não se coaduna com princípio da harmonia e independência entre os Poderes (art. 2º da CF/88). A cada Poder, portanto, somente é lícito atuar dentro da alçada de sua competência.

Daí porque se, de fato, assim proceder, inobservará, ainda o Legislativo os princípios informadores do processo legislativo, previstos nos arts. 60 a 69 da Carta Federal, entre os quais nos reportamos ao disposto no art. 61, § 1º, II, *e,* que prevê ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local a iniciativa das leis que versem sobre **criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública**.

Fl Nº 025/2011
Processo 066/2011

O renomado Professor Hely Lopes Meirelles, comenta o assunto:

> *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou*

disponham sobre o seu regime funcional; ***criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal****.*

"Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convalesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas constitucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça.

"A exclusividade de iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto à matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo (Direito Municipal Brasileiro, 6. ed., Malheiros, 1993, p. 541 e 542) [sem grifo no original.

Ainda que assim não o fosse, materialmente a lei em comento também padece de inconstitucionalidade.

Como se vê, o objeto da proposição cria para o Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas na forma nela prevista, nas obras publicas e ainda a proibição da retirada de placas já afixadas. Por essa razão, o projeto acaba por invadir a esfera de competência privativa do Executivo, fato este que configura a inconstitucionalidade por vicio formal de iniciativa, o que vicia sua constitucionalidade, por violar os arts. 2º; 61, § 1º, II,"e"; e 84, III, da Constituição.

Cabe lembrar que o projeto de lei, interfere na valoração feita pela Administração Publica acerca dos critérios de conveniência e oportunidade, em ofensa ao princípio da separação e independência dos Poderes a iniciativa legislativa de **organizar as atividades administrativas do Executivo**, papel este que cabe ao Prefeito, consectário de seu poder de administrar o Município.

Isso indubitavelmente fere, além da moralidade, os princípios básicos da Administração Pública, como o da razoabilidade e proporcionalidade.

Fl Nº 026/2011
Processo 066/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 016/2011, quais sejam, os vícios de inconstitucionalidade, vicio de iniciativa e de ilegalidade que o maculam, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis.

Sendo o que tinha a tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração

Atenciosamente.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

AO EXMO. SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

Fl Nº 027/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 18 de julho de 2011.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

*Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho o VETO AO PROJETO DE LEI Nº016/2011"**DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS",** para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 18 de Julho de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

*Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para relator do **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N. 016/2011**, o Vereador **MARIO LUIZ SITTA.***

Recebi 18 de julho de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl Nº 028/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 16 de 20 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, validade jurídica, iniciativa, constitucionalidade e possibilidade de implantação;

Considerando o Parecer Jurídico já apresentado pelo Diretor Jurídico desta Casa de Leis, o qual se coaduna com o entendimento desta Procuradora, que passo a adotar em seu inteiro teor neste parecer;

Considerando, por fim, o VETO INTEGRAL da Prefeita Municipal, Senhora Margareti Rose de Oliveira Groot;

Venho, por meio deste, tecer meus comentários a respeito da questão.

Em seu veto, o Poder Executivo questiona a iniciativa do projeto de lei, argumentando que o projeto versa sobre "criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública", e que tal prerrogativa é privativa do Chefe do Poder do Município local, conforme dispõe o artigo 42 da Lei Orgânica do Município e artigo 61 da Constituição Federal.

Cumpre salientar que o projeto de lei visa a proteção da história do município, em que deve prevalecer o interesse coletivo sobre questões de interesses meramente políticos. Não se vislumbra criar obrigações ao Executivo, e sim proteger os dados da história política do município.

Há, ainda, a discussão acerca de critérios de conveniência e oportunidade, que ofenderiam o princípio da separação e independência dos Poderes.

O Projeto, indubitavelmente, não fere tais princípios, pois o binômio conveniência/oportunidade deve estar atrelado ao interesse da coletividade, que é a premissa maior da Administração Pública.

Quanto à legalidade, o Projeto de Lei encontra respaldo no artigo 37, § 1° da Constituição Federal, traduzindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos públicos. Além disso, não fere o que determina o artigo 61 da Constituição Federal, e está de acordo com os artigos 30 e 31 do mesmo diploma legal.

Diante de todo o exposto, **concluí-se** que o referido projeto é legal, haja vista que não fere a competência privativa de legislar do Chefe do Poder Executivo, e atende, especialmente, aos princípios da impessoalidade e moralidade da Administração Pública.

Assim, com base neste parecer, o referido Projeto deve ser reenviado para a análise das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação final, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo

Fl Nº 029/2011
Processo 066/2011

PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, AO VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº016/2011 DE AUTORIA DO VEREADOR WILSON BARBOSA.

Em análise ao VETO aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 016/2011, de autoria do Nobre Vereador Wilson Barbosa, que "DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS", nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte: **"DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS".**

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador Mario Luiz Sitta, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: a proposição de autoria do Vereador Wilson Barbosa, é legal, tendo em vista estar de acordo com o que determina os artigos 30 e 31 da Constituição Federal, e, além disso, não fere o disposto no artigo 61 do mesmo diploma legal. Ainda encontra respaldo no artigo 37 da Carta Magna, traduzindo os princípios que norteiam a Administração Pública, quais sejam a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos públicos.
Diante do exposto, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é Contrário ao Veto, em termos de legalidade, visto que o projeto obedeceu todos os requisitos legais indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos contidos na justificativa do projeto, e contrário à apresentada no Veto, considerando os princípios da impessoalidade e moralidade dos atos públicos, e, ainda, evitando o desperdício do dinheiro público ao se inutilizar placas já instaladas.

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
A finalidade do Projeto apresentado é a proteção da história política do nosso município, proibindo que placas comemorativas, de antigas gestões, sejam retiradas a bel prazer da gestão atual ou vindouras. Além disso, busca evitar o desperdício de dinheiro público ao retirar placas comemorativas já instaladas.
Deste modo, com a aprovação do projeto em questão será possível a preservação da história política do município, e, embasados pelos pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico desta Casa de Leis, opinamos pela rejeição pura e sumária do Veto da Senhora Prefeita ao Projeto de Lei nº. 016/2011.

Fl Nº 031/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Cont.Parecer Contrário ao Veto ao PL nº016/2011.

Em análise ao Veto apresentado e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER CONTRÁRIO** ao **VETO APOSTO AO PL Nº 016/2011** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 15 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

Sem Assinatura

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
/ /
PRESIDENTE

FI Nº 032/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

DATA: *05/09/2011, ÀS 19 HORAS*

PROPOSITURA: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 016/2011.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
1		
	1	
	1	
1		
	1	
	1	
1		
	1	
1		

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: 05

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Não ao Veto total

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 042/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

VOTAÇÃO SECRETA
22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *05/09/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 016/2011*

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE INAUGURAÇÇOES DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

NOME	ASSINATURA
ANDREZA ESPERANÇA	
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	
ASTÉRIO PINTO FILHO	
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	
MARIO LUIZ SITTA	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	
WILSON BARBOSA	

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 643/2

Processo 066/2

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício GP nº. 114/2011

Estância Turística de Holambra, 6 de Setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal

Tem este a finalidade de comunicar o Resultado do Veto Total ao Projeto de Lei nº. 015/2011, o qual foi apresentado e rejeitado ***EM VOTAÇÃO SECRETA*** *realizada na 22ª Sessão Ordinária do 2º Biênio da 5ª Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 6 de setembro de 2011, nesta Casa de Leis.*

O Autógrafo nº. 017/2011, referente ao projeto acima mencionado foi encaminhado ao Executivo Municipal pelo Ofício nº. 042/2001, recebido em 22/06/2011.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 3134/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 08 de
Setembro de 2011.
RESPONSÁVEL

A Sua Excelência a Senhora
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 044/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

LEI Nº. 742 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PLACAS COMEMORATIVAS DE OBRAS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da Lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica expressamente proibida a retirada e qualquer alteração das placas comemorativas, já instaladas, de inaugurações de obras, programas ou serviços públicos municipais, em todo o território do Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Nos casos de serem realizadas reformas ou ampliações, novas placas poderão ser acrescidas no local, desde que, conservadas as originalmente colocadas.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei nº016/2011: Vereador Wilson Barbosa.

Publicação por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

FI Nº 045 / 2011
PROCESSO 066 / 2011

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2012.

Orientação Técnica IGAM nº 2.354/2012 e UVESP nº 2355.

I. O Poder Legislativo do Município de Holambra, SP, por meio da Dra. Aline Flaviane dos Santos, Procuradora Jurídica, encaminha para análise e orientação a Lei nº 741, de 12 de setembro de 2011 que dispõe sobre a afixação de placas informativas em obras públicas.

II. A referida Lei foi de iniciativa de representante do Poder Legislativo.

Em que pese, extremamente meritório o seu conteúdo e a preocupação coma publicidade e controle dos gastos públicos, a referida norma acaba por reflexamente violar o disposto o artigo 62, e a separação harmônica entre os poderes.

> Artigo 62- Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:
> (...)
> XVII - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

No mesmo sentido, colaciona-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça bandeirante que assim manifestou-se em situação análoga:

> **Relator(a):** Palma Bisson
> **Comarca:** São Paulo
> **Órgão julgador:** Órgão Especial
> **Data do julgamento:** 10/02/2010
> **Data de registro:** 10/03/2010
> **Outros números:** 0174439.0/9-00, 994.09.000561-9
> **Ementa:** Ação direta de inconstitucionalidade - Lei n° 9.888/10.05.2007, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar e promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal após ser derribado o veto do alcaide, que "Dispõe sobre normatizaçao de placas de inauguração em obras públicas do município de São José do Rio Preto" - sustentada inconstitucionalidade do seu artigo 2° - não pode a Câmara, pretextando normatizar as placas de inauguração em obras públicas do Município, impor seus dizeres. Se o faz, espalma indevidamente a Administração local. Se manda delas constar o que se previa gastar e o que foi efetivamente gasto com obra do, cria verdadeiro e inadmissível controle interno das funções administrativas do Executivo. E, se manda nelas figurar o nome dos administradores públicos do início e da conclusão do feito, viola o princípio da impessoalidade. De permeio, dispõe sobre o que demanda custos, ainda inconstitucionalmente, posto minguar indicação de como serão eles cobertos - violação aos artigos 5o, 25, 33, I a IV, 37 e 47, II, XIV, 111, 115, § lo, 144 e 150, da

FI Nº 046/2011
Processo 066/2011

Constituição Estadual - ação procedente

Relator(a): Munhoz Soares
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: Órgão Especial
Data do julgamento: 16/01/2008
Data de registro: 15/02/2008
Outros números: 1438530600, 994.06.013662-1
Ementa: ADIN - Lei da Edilidade que 'OBRIGA A INSTALAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA EM TODAS AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL" - Inadmissibilidade - Vicio de iniciativa - Matéria tributária e orçamentária miscigenadas - Invasão em área típica da função administrativa, privativa do Chefe do Executivo, ma/ferindo a independência e harmonia entre os poderes públicos - Doutrina e jurisprudência - Ação procedente.

III. Dessa forma, embora, repita-se, meritório o conteúdo da Lei, a mesma está sujeita a ser fulminada na seara do controle de constitucionalidade exercido pelo poder jurisdicional do Tribunal de Justiça Bandeirante. Assim conclui-se pela inviabilidade jurídica da

O IGAM permanece à disposição.

Alexandre Irigoyen de Oliveira
OAB/RS 59.567
Consultor do IGAM

Volnei Moreira dos Santos
OAB/RS 26.676
Consultor do IGAM

FI Nº 047/2011
Processo 066/2011

Processo 048/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP.

PROCESSO 0013593-82.2012.8.26.000
ADIN – LEI MUNICIPAL 741/2.011.

TJSP2IMSFLJ 24FEV12 13h26 2012.00190310-7(46)

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 67.172.312/0001-53, devidamente representada por seu Vereador Presidente, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF/MF nº. 317.636.158-04 e do RG nº. 7.760.087, residente e domiciliado na Rua Azaléia, nº. 979, Jardim Flamboyant - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, neste ato representado pela sua **Procuradora Jurídica**, advogada e bastante procuradora, Sra. **ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA**, brasileira, portadroa do RG: 32.751.614-8, CPF: 296.582.808-70, inscrita na **OAB 299.268/SP**, (procuração anexa), vem com o respeito e acatamento de sempre à presença de V.Exa., REQUERER a juntada das INFORMAÇÕES solicitadas, referentes a **ADIN – Lei Municipal 741/2011 (processo em epígrafe).**

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Fl Nº 049/2011
066/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP.

PROCESSO 0013593-82.2012.8.26.000
ADIN - LEI MUNICIPAL 741/2.011.

"A TRANSPARÊNCIA DOS ATOS PÚBLICOS, A LISURA ADMINISTRATIVA, O TRATO COM O DINHEIRO PÚBLICO, ASSOCIADO AO ARTIGO 37 DA CF, DEVE SEMPRE PREVALECER SOBRE A VONTADE DE PARTICULARES, ASSOCIADO A INTERESSES DE UM GRUPO POLÍTICO/PARTIDÁRIO".

Fl Nº 050/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 67.172.312/0001-53, devidamente representada por seu Vereador Presidente, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF/MF nº. 317.636.158-04 e do RG nº. 7.760.087, residente e domiciliado na Rua Azaléia, nº. 979, Jardim Flamboyant - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, neste ato representado pela sua Procuradora Jurídica, advogada e bastante procuradora ao final assinado, vem com o respeito e acatamento de sempre à presença de V.Exa., prestar, no prazo legal, as informações pertinentes a presente **ADIN FACE A LEI MUNICIPAL 741/2011, QUE DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS**, que o faz nos seguintes termos e fundamentos:

Inicialmente, cumpre requerer a juntada do processo administrativo de tramitação do projeto de Lei 15/2011, que deu origem a Lei Municipal 741/2011, documentos anexos, para demonstrar que todo o procedimento legal foi seguido por esta

Fl Nº 051/2011
Processo 066/2011

Casa de Leis, sem afronta aos princípios básicos de direito.

DA SUPOSTA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL 741/2011 – VÍCIO DE INICIATIVA – REAL NECESSIDADE DE SUA PERMANÊNCIA, CONTINUIDADE E APLICABILIDADE EM HOLAMBRA

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a presente Lei não é inconstitucional, posto que versa sobre matéria de interesse público, respaldado no artigo 37 da CF, mais precisamente, no quesito transparência, tema tão debatido nos dias de hoje.

Além do mais, a referida Lei, visando a publicidade dos atos públicos e a devida transparência, definiu que os gastos com as placas, serão de responsabilidade das empresas vencedoras, ou seja, não criou gastos ao Município, mas apenas legislou para adequar as obras a Lei Maior, como expressamente consta em seu artigo 37, Caput.

Fl Nº 052/2011
Processo 066/2011

O foco que deu origem a este projeto de Lei e após a tramitação legal, a Lei Municipal 741/2011, foi justamente a falta de informações das obras públicas realizadas no Município de Holambra, ou seja, o não atendimento ao que determina o artigo 37, caput, da CF.

Uma Lei deve sim ser cumprida, e no caso em tela, com a presente Lei Municipal, objeto deste feito, a publicidade, transparência, destino do dinheiro público, enfim, ética pública, serão, por nosso Município seguidas e respeitadas, através da obrigatoriedade estampada na presente Lei.

É lógico que o Município propôs a presente ação - ADIN, pois caso persista a presente Lei, o que se espera desta Corte, fará com que todas as obras contratadas, no que diz respeito a sua forma, valores, prazo, finalidade, repasse do governo, etc., restem públicas, como de fato deve ser.

A presente Lei não abala a gestão municipal, não causa gastos, não altera a rotina administrativa, isto é, apenas regulamenta uma situação, já

FI Nº 053/2011
066/2011
Processo

definida na Constituição Federal, que deve sim ser respeitada pela atual gestão e futuras gestões públicas, deixando de lado questões particulares e de cunho político/partidário, para atingir o bem maior, ou seja, a transparência administrativa e o gasto com o dinheiro público.

Ademais, já é praxe em nosso município a instalação de placas em obras públicas com a indicação dos responsáveis técnicos pelas obras, não gerando novos gastos à administração.



FL Nº 054/2011
PROCESSO 066/2011

Também verificamos que o Governo do Estado de São Paulo, quando envia recursos para determinada obra, também torna público o total gasto com a obra, a empresa executora, dentre outros dados. Desta forma, prova-se a necessidade da transparência e publicidade de todos os atos públicos, que devem ser fiscalizados pelos munícipes em geral, no tempo em que acontecem, para que, caso necessário, sejam feitas as denúncias e correções necessárias.

O fato do legislador ter sido duro ao fixar a competência de certa matéria ao executivo ou legislativo, deve a justiça, nos tempos modernos e diante do fato concreto, ser mais flexível, vendo a real intenção de uma Lei, sua necessidade e em alguns casos, como no caso em tela - fixar a determinação constitucional, dando validade a presente Lei, não se acatando a presente ADIN, pois como dito acima, a presente Lei não causa nenhum gasto ao Poder Executivo, não obriga a mudar a sua rotina administrativa, não o obriga a fazer ou deixar de fazer algo que lhe gere gastos, mas tão somente, tornar pública, a todos os

FI Nº 055/2011
066/2011
Processo

cidadãos, as obras públicas municipais, nada mais, nos termos da Lei 741/2011.

Assim, devidamente informado a necessidade da Lei, sua aplicação e viabilidade, para a efetiva transparência dos atos públicos, passaremos a discutir a possibilidade jurídica do caso em tela.

DO DIREITO

Como leciona Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

> **"... Assim, aparece o Executivo como o "Gládio a serviço da lei", o fiscal de sua execução e seu executor mesmo em certos campos. Seu papel é, pois, nitidamente subordinado. A orientação, o rumo é o Legislativo, é a lei quem traça. Fielmente, cabe ao executivo zelar para que as resoluções do Legislador sejam acatadas e cumpridas se preciso for pela coação". (Curso de Direito Constitucional, 32 ed., Ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 218-9). ..." (g.n.).**

Fl Nº 056/2011
Processo 066/2011

4

Por outro lado, o supremo Tribunal Federal, em caso semelhante, afirmou, na esteira do voto do e. Ministro Relator Eros Grau:

> **"... Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Também não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo estadual. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade" (ACI n. 3394/AM, STF, Pleno, Rel. Min. Eros Grau, DJU 24.8.2007). ..." (g.n.).**

Fl Nº 057/2011
Processo 066/2011

Neste sentido, segue o Parecer Jurídico contra o veto, emitido pelo Jurídico da Câmara:

" ... Considerando o Projeto de Lei n° 15 de 10 de maio de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, validade jurídica e possibilidade de implantação;
Considerando que foi requerido pareceres junto ao IBAM e IGAM, para melhor orientação sobre o assunto;
Considerando o Parecer Jurídico já apresentado pelo Diretor Jurídico desta Casa de Leis, o qual se coaduna com o entendimento desta Procuradora, que passo a adotar em seu inteiro teor neste parecer;
Considerando, ainda, que foram feitas as correções necessárias e sugeridas;
Considerando, por fim, o VETO INTEGRAL da Prefeita Municipal, Senhora Margareti Rose de Oliveira Groot;
Venho, por meio deste, tecer meus comentários a respeito da questão.
Quanto à legalidade do Projeto de Lei não há discussão, tendo em vista que encontra respaldo legal no artigo 37, § 1° da Constituição Federal, traduzindo o princípio da publicidade e transparência dos atos públicos. Além disso, está de acordo com o que determina os artigos 30 e 31 do mesmo diploma legal, e, ainda, não ferindo o artigo 61, também da CF.

Fl Nº 058/2011
Processo 066/2011

Ora, o que o Poder Executivo questiona em seu veto é o vício de iniciativa e inconstitucionalidade, ponderando que tal projeto de lei versa sobre "criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública", invadindo a competência do executivo para legislar sobre o assunto, e, ainda, ferindo os princípios da harmonia e independência dos poderes, previstos no artigo 2° da Constituição Federal.

Tais argumentos não merecem prosperar, pois a razão do presente Projeto de Lei é a ação fiscalizadora da vereança, que tem o dever de atuar em defesa dos interesses da coletividade que os elegeram como seus representantes. Não busca tal projeto querer criar obrigação de fazer ao Executivo, mas apenas busca garantir a publicidade e transparência dos atos públicos, além de permitir que os próprios munícipes conheçam os atos e fiscalize-os. Ademais, o Projeto de Lei, ora em discussão, não invade a competência do executivo, pois encontra respaldo na Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 16, inciso XVI, que segue:

"Artigo 16 - Compete privativamente à Câmara exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

(...)

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta;

(...)"

E ainda:

Fl Nº 059/2011

Processo 066/2011

"Artigo 48 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município inclusive das entidades de administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade,aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em Lei.

(...)

§ 2°- O controle externo a cargo da Câmara, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ou órgão equivalente a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento de atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos."

No veto há ainda o argumento de que a fiscalização do Legislativo deve ser exercida somente através do controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme determina nossa Lei Orgânica e Constituição Federal.

Em que pese a argumentação, não entendemos que a função de fiscalizar da Câmara Municipal deva ser feita somente por pareceres do Tribunal de Contas, buscando apenas identificar os responsáveis por algum ato contrário às leis ou ao

Fl Nº 060/2011

Processo 066/2011

interesse público. A função de fiscalizar visa ao controle de todos os atos públicos, e para contribuir de forma efetiva à população, o controle precisa atuar de forma concomitante às diversas etapas de qualquer ato, procurando detectar qualquer desvio ou vício em tempo compatível com a introdução oportuna das devidas correções que se fizerem necessárias.

Vejamos, conceitualmente, as lições do mestre De Plácido e Silva, ao esclarecer os termos da palavra "Vereador". Segundo o douto mestre, "designa a pessoa que é colocada para vigiar, ou cuidar do bem e dos negócios do povo, ditando as normas necessárias a esse objetivo". (SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico, V. 4, 12ª edição, Forense, 1993, p. 480.).

Neste sentido, tal lição só corrobora com a finalidade maior do Projeto de Lei, que é a possibilidade de fiscalizar, de cuidar do bem público.

Diante de todo o exposto, concluí-se que o referido projeto é legal, tendo em vista que abrange a competência fiscalizadora da Câmara Municipal, e visa atender os princípios da transparência e publicidade dos atos públicos, princípios esses de suma importância ao interesse público e de toda a população.

Assim, com base neste parecer, o referido Projeto deve ser reenviado para a análise das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação final, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo legal, visando tão somente aplicar os princípios

FL Nº 061/2011
066/2011
Processo

constitucionais da transparência e publicidade dos atos públicos da Estância Turística de Holambra.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 15 de agosto de 2011.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica ..." (g.n.).

Ainda temos o parecer do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - (parte integrante do Processo Administrativo), que declinou pela constitucionalidade desta Lei, seguindo a linha da publicidade do ato, transparência pública e lisura no trato com o dinheiro público.

Neste mesmo parecer, restou claro que os gastos com as placas seriam suportados pela empresa vencedora, nada gerando de gastos ao Município, o que valida a presente Lei.

Fl Nº 062/2011
066/2011
Proc. 188

Neste caso, podemos utilizar do entendimento de Hely Lopes Meirelles, que brilhantemente posiciona que à Câmara cabe o poder de estabelecer regras e ao Executivo, cumpri-las, ou seja, no caso em tela, foi criada uma norma legal para efetiva transparência dos atos públicos, especificamente, obras públicas, nada causando de gastos, abalos, invasão de prerrogativas, enfim, apenas normatizando uma situação, lisura e transparência pública.

Vejamos a posição de Hely Lopes Meirelles:

> ***" ... a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos***

Fl Nº 063/2011
066/2011
Processo

administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2°) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante". Sintetiza, ademais, que "todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2° c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo

Fl Nº 064/2011
066/2011
Processo

Poder Judiciário" (Direito municipal brasileiro, 15ªed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p.708 e 712). (g.n.).

Ainda, deve ser levado em conta, por analogia, a mesma determinação legal, desta Lei, objeto deste feito, contida na Lei Municipal de Campinas, São Paulo, Piracicaba, ora anexadas para conhecimento desta Corte e, visando aplicação de justiça, a improcedência da presente ação.

Assim, não existe vício de iniciativa ou inconstitucionalidade, mas sim atitude legal de aplicação efetiva do artigo 37 da CF no Município de Holambra, no que diz respeito a transparência e lisura pública.

MUNICÍPIOS ONDE TAL DETERMINAÇÃO LEGAL É APLICADA E NÃO GEROU ADIN - PROVA DE SUA VALIDADE, NECESSIDADE E PERTINÊNCIA

Fl Nº 065/2011
Processo 066/2011

Município de Campinas, vizinha de Holambra, Lei 11.543 de 12/05/2003 e Lei 11.821 de 17/12/2003;

Município de São Paulo, Lei 13.238 de 10/12/2001;

Município de Piracicaba, Lei 5.769 de 06/07/2006;

Posto isto, requer pela improcedência da presente ADIN, permanecendo inalterada a presente Lei, posto que viável e necessária, para o fim que se destina, qual seja, a efetiva e necessária aplicação da transparência nas obras públicas e lisura no trato com o dinheiro público.

Termos em que, P. Deferimento.

De Holambra para São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2.012.

ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA
OAB/SP nº 299.268
PROCURADORA JURÍDICA

FI Nº 066/2011
Processo 066/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

[X] *SIM AO VETO TOTAL*

[ ] *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 033/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

FL Nº 034/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 035/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

Fl Nº 036/2011

Processo 066/2011

☒ *SIM AO VETO TOTAL*

☐ *NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

	SIM AO VETO TOTAL
X	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 037/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001,
e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011

	SIM AO VETO TOTAL
X	*NÃO AO VETO TOTAL*

FI Nº 038/2011
Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011

☒	*SIM AO VETO TOTAL*
☐	*NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 039/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

☐ *SIM AO VETO TOTAL*

☒ *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 040/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 016/2011.

☒ *SIM AO VETO TOTAL*

☐ *NÃO AO VETO TOTAL*

Fl Nº 041/2011

Processo 066/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

SJ 4.11.1 - Seção de Processamento do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 1018010

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

Referência:
Ofício n.º 494-O/2012-ntda
Direta de Inconstitucionalidade nº 0013593-82.2012.8.26.0000
Número de Origem: 741/2011 -
Autor: Prefeito do Município de Holambra
Réu: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente,

A fim de instruir os autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei supramencionados, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as necessárias informações, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme cópias reprográficas que seguem.

Comunico, outrossim, que foi concedida a liminar, nos termos do despacho em anexo xerocopiado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

JOSÉ REYNALDO
Desembargador Relator

Fl Nº 067/2011
Processo 066/2011

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

0013593-82.2012.8.26.0000

TJSP2IN6PLJ 23JAN12 14h14 2012.000061580-4(07)

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, inscrito no CNPJ nº 67.172.437/0001-83, com sede na Alameda Maurício de Nassau, nº 444, Holambra (SP), nesse ato representado por sua Prefeita **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,** brasileira, casada, portadora do RG nº 20.447.342-1 e CPF nº 102.698.328-23, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem propor perante esta Corte,

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE C/C PEDIDO LIMINAR PARA SUSPENSÃO DE EFEITOS DE NORMA MUNICIPAL

em relação à Lei Municipal nº 741 de 12 de Setembro de 2011 que **"DISPÕE SOBRE AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS"**. (cópia em anexo), e o faz com base no art. 74, inciso VI, da Constituição do Estado de São Paulo, pelos seguintes motivos:

Fl Nº 068/2011
066/2011
Processo

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

DA NORMA IMPUGNADA.

A norma objeto da presente ação direta de inconstitucionalidade, representa, para o Poder Executivo Municipal, a desobediência às normas da Constituição Federal de 1988, ingerência abusiva e indevida sobre a autonomia e independência dos Poderes Executivo e Legislativo em flagrante desrespeito aos artigos 5º caput e 144 da Constituição Estadual.

"LEI Nº 741 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da Lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º - As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I – Finalidade da obras e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);
II – Data de início e prazo previsto para término da obra;
III – Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual e ou Federal;
IV – Custo total da obra;
V – Área total de construção;
VI – Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;
VII – Nome do engenheiro responsável pela obra;
VIII – Brasão do Munípio

§ 1º - Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público.
§ 2º - Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando – se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º - No caso de obras a serem realizadas em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no início e no fim do local onde se realizará a obra, em local de grande visibilidade.

§ 1º - As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

Fl Nº 069/2011
Processo 066/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

04

§ 2º - As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2.40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do inicio da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º - Esta Lei será aplicada às novas obras e as obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei n. 015/2011: Vereadora Naiara Regitano Hendrikx

Publicação por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa"

Este texto de lei de aparência tão singela não parece esconder nenhuma irregularidade em seu escopo. No entanto, foram duramente afrontadas as normas estatuídas nas Constituições Estadual e Federal, bem como os princípios federativo e da competência legislativa.

DOS FATOS

Após a propositura da Lei em comento pelo Poder Legislativo e seu trâmites legais, foi aprovada em votação e seu autógrafo encaminhado ao Poder Executivo para que a Prefeita Municipal sancionasse e promulgasse a norma.

Diante da evidente inconstitucionalidade quanto a propositura da Lei que tem por objetivo a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras publicas executadas pela Administração Publica direta, indireta ou por empresa particular contratada Pelo Poder Público, por **VICIO DE**

Fl Nº 070/2011
Processo 066/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

INICIATIVA, INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE a Chefe do Poder Executivo Municipal vetou totalmente o conteúdo da norma.

Todavia, a Câmara Municipal derrubou o veto da Prefeita Municipal e, novamente encaminhou para sanção e promulgação do Executivo, que por razões de direito, não a sancionou e nem promulgou.

Mesmo diante desse quadro, o Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, sancionou a Lei 741/2011 que passou a viger desde 12 de Setembro de 2011, mediante publicação e afixação em quadro próprio na Câmara Municipal.

DO VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE E DE LEGALIDADE.

Não há a menor dúvida da inconstitucionalidade da Lei enfocado, ao impor ao Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas na forma nela prevista, nas obras publicas, extravasando os lindes do controle constitucional previsto no art. 31 e parágrafos da Constituição Federal.

A obrigação aludida extrapola, em muito, a fiscalização legislativa natural, para instituir verdadeira tutela do Legislativo sobre o Executivo, cerceando-lhe o raio de ação insculpido na Carta Bandeirante.

Flagrante, portanto, a ofensa aos arts. 37 e 47, II e XIV, desse diploma, sem falar no princípio constitucional da independência dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal e no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

Com o propósito de consagrar o princípio da transparência dos atos e contratos da Administração Pública, a Constituição da República conferiu ao Poder Legislativo, em igual patamar de importância a de sua histórica função legislativa, a prerrogativa de fiscalizar as ações governamentais do Executivo e, para viabilizar o pleno exercício dessa missão, fixou-lhe competência para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração mediante controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas, como se depreende da leitura dos arts. 70 a 74.

As atribuições do Legislativo para a fiscalização e controle dos atos da Administração também são objeto do disposto no art. 49, X da Lei Maior. Nela se verifica caber ao Legislativo o poder-dever de

Fl Nº 071/2011
Processo 066/2011

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

exercer diretamente a função fiscalizadora sobre os atos do Executivo, inclusive no âmbito da Administração indireta.

Na esfera municipal, a Constituição, em seu art. 29, determina que o Município será regido por Lei Orgânica, devendo-se, todavia, atender os princípios nela fixados. É, então, a Lei Orgânica o documento hábil para prever e disciplinar a função fiscalizadora do Legislativo local, observados, contudo, os parâmetros constitucionais estabelecidos, dentre os quais releva destacar:

> *"Art. 29. (...)*
> *(...)*
> *XI - organização das funções legislativas e* ***fiscalizadoras*** *da Câmara Municipal;*
> *(...)*
>
> *Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal,* ***mediante controle externo****, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*
> *(...)*
> *§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre* ***as contas que o Prefeito deve anualmente prestar****, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.*
> *§ 3º* ***As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade****, nos termos da lei." (grifou-se)*

Em sede infraconstitucional, verifica-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000), também ressaltou a exclusividade do exercício do controle interno atribuída a cada Poder, como previsto em seu art. 59.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que a função fiscalizadora do Legislativo deverá ser exercida através de controle externo, desenvolvendo-se dentro de limites previamente estabelecidos pela Constituição Federal.

O poder fiscalizador do qual dispõe o Legislativo, portanto, não pode ser utilizado fora dos parâmetros já indicados tanto pela Constituição, quanto pela Lei Orgânica do Município. Se de outra forma fosse, estaria ferindo o princípio da independência e harmonia dos Poderes, constitucionalmente consagrado.

FI Nº 072/2011
066/2011
PROCESSO

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

As considerações aqui tecidas conduzem à conclusão de que além de dispendiosa, carece de base constitucional a exigência de confecção e afixação de enormes placas em canteiros de obras públicas para informar dados contratuais e orçamentários do empreendimento, por constituir medida que caracteriza forma de prestação de contas que extrapola os parâmetros estabelecidos na Constituição, em particular os comandos dos arts. 30, III; 31 §§ 2º e 3º; e 165, § 3º.

Cabe lembrar que ofende o princípio da separação e independência dos Poderes a iniciativa legislativa de **organizar as atividades administrativas do Executivo**, papel este que cabe ao Prefeito, consectário de seu poder de administrar o Município.

As obrigações impostas pela norma em comento extrapolam os limites da natural valorização dos princípios constitucionais da publicidade e da transparência do Poder Público, *da qual não se deve mesmo distanciar o Executivo, cabe ressaltar, que* por interferir nas atividades do Prefeito, imiscuindo-se em área tipicamente da função administrativa do Chefe do Executivo, criando uma relação de subordinação e hierarquia entre os poderes, incompatível com o sistema jurídico constitucional vigente, o que não se pode admitir.

O controle externo na fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo deve estar limitado pelos parâmetros definidos na Constituição Federal, sob pena de violação dos princípios que dizem com a independência e harmonia dos Poderes, previstos no artigo 5o da Constituição Paulista.

É evidente que essa norma, pretendendo impor ao Prefeito a obrigação de **confecção e afixação de enormes placas em canteiros de obras públicas para informar dados contratuais e orçamentários do empreendimento, por constituir medida que caracteriza forma de prestação de contas que extrapola os parâmetros estabelecidos na Constituição, em particular os comandos dos arts. 30, III; 31 §§ 2º e 3º; e 165, § 3º.**

Nesse sentido a precisa lição do saudoso HELY LOPES MEIRELLES, que observa:

> *"É evidente que essa fiscalização externa, realizada pela Câmara, deve conter-se nos limites do regramento e princípios constitucionais, em especial o da independência e harmonia dos Poderes"* **("Direito Municipal Brasileiro", Malheiros editores, São Paulo, 15a ed., p. 609).**

FI Nº 073/2011
PROCESSO 066/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

No mesmo sentido, este Egrégio Tribunal de Justiça, em voto do eminente Desembargador OSCARLINO MOELLER, já deixou assente que:

> *"Malgrado o nobre escopo da lei fustigada de valorização dos princípios da transparência e publicidade, conforme ressaltado no respeitável parecer ministerial, tem-se, por outro lado, como incontornável o fato de que a norma interfere na atuação concreta pertinente aos órgãos de comunicação do Município, submetidos à gestão administrativa reservada ao Prefeito Municipal. Com efeito, preceitua o art. 24, § 2o, item 2, da Constituição Estadual, a competência do Chefe do Poder Executivo quanto à apresentação de projetos de lei sobre criação e extinção de Secretarias, com remissão ao art. 47, XIX, do texto constitucional bandeirante, que o autoriza a dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração estadual, desde que não importe em aumento de despesa. Disposições que tornam cristalina sua supremacia quanto à organização dos serviços de execução. (...) Por prisma diverso, a Câmara Municipal já é dotada pela Constituição Estadual de mecanismos próprios para a possibilidade de requisitar informações, convocar Secretários Municipais e formar comissões parlamentares de inquérito (art. 13, § 2o e art. 20, XIV e XVI, da CE). Além de poder praticar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em termos pormenorizados, à qual diz respeito a um procedimento específico (art. 150 da CE), com participação inclusive do Tribunal de Contas do Estado (art. 31, e parágrafos, da CF e art. 33, XIII, da CE). Deflui-se, assim, que a imposição de divulgação das despesas em propaganda institucional se afigura como um mecanismo anômalo de fiscalização, que não se amolda ao arquétipo constitucional, pois, implementa uma superposição a sistemas específicos de investigação e apreciação minuciosa da condução do Executivo".* **(Adin n° 150.355-0/0-00, julgada em 20.02.2008).**

Ainda no que se refere à fiscalização exercida pelo Poder Legislativo, esta egrégia Corte, em voto da lavra do eminente Desembargador IVAN SARTORI, decidiu que:

> *"extrapola, em muito, a fiscalização legislativa natural, para instituir-se verdadeira tutela do Legislativo sobre o Executivo, cerceando-lhe o raio de ação insculpido na Carta Bandeirante."* **(Adin n° 144.543-0/9, julgada em 07.11.2007. No mesmo diapasão alinham-se outras decisões: Adin n° 135.843-0/7, relator Marcus Andrade, julgada em 06.12.2006; Adin n° 148.250-0/0, relator Marco César, julgada em 19.9.2007; Adin n° 142.390-0/5, relator Sousa Lima, julgada em 28.11.2007; Adin n° 149.362-0/9, relator Penteado Navarro, julgada em 19.12.2007; Adin n° 148.030-0/7, relator Viana Santos, julgada em 20.02.2008, e Adin n° 150.260-0/6, deste relator, julgada em 21.05.2008).**

FI Nº 074/2011
Processo 066/2011

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

09

Isso indubitavelmente fere, além da moralidade, os princípios básicos da Administração Pública, como o da razoabilidade e proporcionalidade.

Além disso, verifica-se que não existe qualquer estudo de impacto orçamentário-financeiro decorrente da Lei ora guerreada, que impõe ao Poder Publico e aos seus contratados o dever de colocação de placas, certamente será acrescido ao valor da proposta e conseqüentemente será pago pelo Município, mesmo quando a obra for realizada por empresa contratada, resultando no aumento de despesa para o Município, conforme determina o a Lei Complementar nº 101/00 (Arts. 16 e 17).

Neste sentido, de acordo com artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), *a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário.*

Importante frisar que o legislativo municipal ao editar ato normativo sem a observância dessa regra constitucional violou o princípio da separação de funções, pois invadiu a área de atuação do Prefeito, a quem compete à administração da cidade em atos de planejamento, direção, organização e execução.

É de conhecimento comum que a função primordial da Câmara é a edição de leis de conteúdo genérico e abstrato e a da Prefeitura é a de executar atos administrativos segundo o que dispuser os mandamentos legais, desde que estes, evidentemente, tenham nascido com a observância dos ditames constitucionais. Cada ente público deve, pois, cumprir o papel que lhe foi desenhado pela Magna Carta, sob pena de violação ao mencionado princípio da separação de poderes consagrado no artigo 2o da Constituição da República e artigo 5º da Constituição Paulista.

DO VICIO DE INICIATIVA

A norma ora impugnada, nos termos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra é matéria privativa de proposição do Poder Executivo, visto que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração,

Fl Nº 075/2011
Processo 066/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

organização administrativa; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política, sendo que no presente caso, foi proposta por Vereadora da Câmara Municipal do Município, ou seja, pelo Poder Legislativo.

Assim, ao adentrar em matéria que não lhe é própria, o Legislativo, Municipal devassou o princípio da separação entre os Poderes, estabelecido no art. 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e repetido, no art. 42, da Lei Orgânica do Município de Holambra, respectivamente, além de ter usurpado, desobedecido e desconsiderado os regramentos constitucionais.

Por ser matéria constitucional e de eficácia máxima, a Lei Municipal não pode violar ou mesmo atenuar a dimensão do princípio de separação de Poderes.

Ainda, no campo doutrinário, é a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES, no sentido de que a Câmara não tem competência para a administração do Município, na medida em que, dentre outras, sua função é a de regular e controlar a atuação do Poder Executivo, sem que tal signifique invasão de atribuições que lhe são próprias, segundo o qual:

> **"A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes no afeto aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece apenas normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; dita somente preceitos para a sua organização e direção" ("in" "Direito Municipal Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 12ª ed., 1999, p. 576/577).**

Nessa linha, já decidiu este Órgão Especial na ADIN 130.356-0/8, cujo aresto, relatado pelo desembargador Sousa Lima, faz referência a outro julgado do mesmo colegiado:

> *"Assim, ao dispor sobre as citadas matérias, a lei impugnada invadiu a esfera de atribuições do Prefeito, com ofensa ao princípio da separação dos poderes previsto no art. 5o da/Constituição Estadual. Neste Sentido é a jurisprudência desta Corte: "**Ao Executivo haverá de caber sempre o exercício de atos que impliquem no gerir as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a iniciativa das leis que lhe propiciem a boa execução dos trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara Municipal, órgão meramente legislativo, pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito"** (Adin n° 53.583-O).*

Fl Nº 076/2011
Processo 066/2011
CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

11

No mesmo sentido:

> **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - INVASÃO DE COMPETÊNCIA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES**. Revela-se inconstitucional a lei municipal, de iniciativa da Casa Legislativa, cuja matéria se refere à esfera de atuação administrativa do Chefe do Executivo, implicando invasão de competência e afronta ao princípio da harmonia e independência dos Poderes. Representação acolhida. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ação Direta De Inconstitucionalidade N° 1.0000.06.445487-9/000 - Comarca De Cachoeira De Minas - Requerente(S): Prefeito Mun Cachoeira Minas - Requerido(A)(S): Presidente Câmara Mun Cachoeira Minas - Relator: Exmo. Sr. Des. Kildare Carvalho.

Pela análise das legislações invocadas temos que o princípio federativo da repartição constitucional dos poderes (União, Estado e Municípios), jamais poderá ser desrespeitado.

Atos que violam a repartição constitucional de competências desrespeitam não apenas regras relativas à divisão do poder de editar normas infraconstitucionais, mas desautorizam diretamente uma das opções fundamentais da República Federativa do Brasil, ou seja, o próprio princípio federativo.

No mesmo sentido é a lição de José Afonso da Silva, para quem ***"o princípio geral que norteia a repartição da competência entre as entidades competentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que os Estados tocarão as matérias de assuntos de predominante interesse regional e aos Municípios, concernem os assuntos de interesse local (...)", (Curso de Direito Constitucional Positivo, 28ª Ed., São Paulo, Malheiros, 2007).***

Para reforçar o embasamento, temos o julgamento da ADI 130.227.0/0-00 em 21/08/2007, relator Dês. Renato Nalini desse Egrégio Tribunal de Justiça:

> *"(...) Ora, um dos princípios da Constituição Federal – e de capital importância – é o princípio federativo, que se expressa, no Título I, denominado 'Dos Princípios Fundamentais', logo no art.1º: 'A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...'.*
> *Sendo a organização federativa do Estado brasileiro um princípio fundamental da República do Brasil, e constituindo elemento essencial dessa forma de estado a distribuição de competência legislativa dos entes federados, inescapável a conclusão de ser essa discriminação de competência um princípio estabelecido na Constituição Federal.*

Fl Nº 077/2011
Processo 066/2011

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

123

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Direta de Inconstitucionalidade nº **0013593-82.2012.8.26.0000 .**

Entrado em: **23/01/2012**

Tipo da Distribuição: **Livre**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação:Motivo do Estudo da Prevenção Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: DES. **JOSÉ REYNALDO**

ÓRGÃO JULGADOR: **ÓRGÃO ESPECIAL**

São Paulo, 24/01/2012 15:58:05

Regina

Regina Aparecida de Moraes de Oliveira
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. JOSÉ REYNALDO.
São Paulo, 26 de janeiro de 2012.

Regina

Regina Aparecida de Moraes de Oliveira
Supervisor(a) do Serviço

Por enquanto demonstrados os requisitos da plausibilidade dos fatos apontados, especialmente à luz de jurisprudência do C. Órgão Especial, bem como o risco de dano ao erário se implementadas as medidas previstas na Lei concedo liminarmente a medida cautelar para suspender

FI Nº 080/2011
Processo 066/2011

10/2/2012

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

a vigência da Lei nº 741/2011 do Município de Holambra até o pronunciamento do C. Órgão Especial.

Processe-se com a requisição de informações da Câmara Municipal de Holambra a serem prestadas no prazo de 30 (trinta) dias, a citação do D. Procurador geral do Estado para, no prazo de 15 (quinze) dias defender o ato, no que couber, e, posteriormente a vista à douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer.

int.-

São Paulo, 25 de janeiro de 2012.

Tribunal de Justiça de São Paulo
Processamento do Órgão Especial
Câmara Especial e Recursos aos Tribunais Superiores
27 JAN 2012
RECEBIDOS

FI Nº 081/2011
066/2011
Processo

CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

10/2/2012

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 1018010

São Paulo, 31 de julho de 2012.

Ofício n.º 2716-A/2012-bc
Direta de Inconstitucionalidade nº 0013593-82.2012.8.26.0000
Número de Origem: 741/2011 -
Autor: Prefeito do Município de Holambra
Réu: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente,

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e para os devidos fins, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

MÁRCIO KAMMER DE LIMA
Juiz Assessor da Presidência

Ao Excelentíssimo Senhor
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Fl Nº 082/2011
Processo 066/2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PA
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTI
REGISTRADO(A) SOB Nº
03803749

76

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 0013593-82.2012.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA sendo réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IVAN SARTORI (Presidente), CORRÊA VIANNA, LUIZ PANTALEÃO, GONZAGA FRANCESCHINI, DE SANTI RIBEIRO, GUERRIERI REZENDE, WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, ELLIOT AKEL, CASTILHO BARBOSA, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, ARTUR MARQUES, CAUDURO PADIN, GUILHERME G. STRENGER, RUY COPPOLA, RENATO NALINI, CAMPOS MELLO, ROBERTO MAC CRACKEN, KIOITSI CHICUTA, ENIO ZULIANI, LUIS SOARES DE MELLO, LUIZ ANTONIO DE GODOY, RIBEIRO DA SILVA, FERRAZ DE ARRUDA e FRANÇA CARVALHO.

São Paulo, 23 de maio de 2012.

JOSÉ REYNALDO
RELATOR

FI Nº 083/2011
066/2011
Processo

VOTO Nº: 12186
ADI. Nº: 0013593-82.2012.8.26.0000
COMARCA: São Paulo
Autor.: Prefeita do Município de Holambra
Réu.: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

63

Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 741, de 12 de setembro de 2011, do Município da Estância Turística de Holambra, de autoria parlamentar, que dispõe sobre afixação de placas informativas em obras públicas – Inconstitucionalidade material – Ingerência na administração local – Usurpação, por parte do Legislativo, de atribuições pertinentes à atividade própria do Executivo – Inteligência do artigo 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, e artigos 24, § 2º, 47, II e XIV da Constituição do Estado aplicáveis aos municípios por força do artigo 144 da Constituição Paulista – Usurpação de funções – Violação do princípio da separação de poderes consagrado no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo – Procedência da ação.

A Prefeita do Município de Holambra ajuizou a presente ação direta buscando a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 741, de 12 de setembro de 2011, promulgada pela Câmara Municipal após rejeição de veto, estabelecendo normas sobre a afixação de placas informativas em obras públicas.

Alega, em suma, existência de vício formal de iniciativa de lei, vez que proposta por Vereador, impondo ao Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas nas obras públicas, extrapolando os limites da fiscalização legislativa natural para instituir verdadeira tutela que ofende o princípio constitucional da separação de poderes (artigo 2º da Constituição Federal e artigos 5º da Carta Bandeirante). Ressalta que a função fiscalizadora do Poder Legislativo deve ser exercida através de controle externo, não podendo ser utilizado fora dos parâmetros indicados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município e, da maneira como tratada no diploma impugnado, caracteriza forma de prestação de contas, violando o disposto nos artigos 29, XI, 30, III, 31, §§ 2º e 3º, 49, X e 165, § 3º da Lei Maior, e artigos 37 e 47, II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo. Indica ausência de estudo do impacto orçamentário-financeiro decorrente da Lei guerreada, cuja implementação resultará em inevitável

FI Nº 084/2011
Processo 066/2011

aumento de despesa para o Município, conforme determina a Lei Complementar 101/00 (artigos 16 e 17). Pede a concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos da norma impugnada e ao final, a procedência da ação declarando-se a inconstitucionalidade da lei 741, de 12 de setembro de 2011 do Município de Holambra.

A medida cautelar foi deferida liminarmente pela decisão de fls. 124 e vº, determinando, ato contínuo, o processamento da ação.

As informações foram prestadas pelo Presidente da Câmara Municipal, sustentando, em suma, ausência de inconstitucionalidade, na medida em que a lei impugnada versa sobre matéria de interesse público, visando regulamentar o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, adequando as obras publicas e determinando a publicidade dos atos públicos e a devida transparência, definindo ainda, que os gastos com as placas serão de responsabilidade das empresas vencedoras, não criando, portanto, gastos ao Município. Acrescenta ser praxe no município a instalação de placas em obras públicas com a indicação dos responsáveis técnicos, não havendo, portanto, geração de gastos à administração. (fls. 143/159 e documentos fls. 160/429)

A Fazenda do Estado, citada na pessoa de seu Procurador Geral, deixou de se manifestar sob alegação de que a matéria é de interesse local (fls. 432/433).

A Douta Procuradoria-Geral da Justiça opina pela procedência do pedido (fls. 435/443).

É o relatório.

A presente ação direta questiona a validade constitucional da seguinte norma jurídica:

"LEI Nº 741 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Fl Nº 085/2011
Processo 066/2011

Artigo 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º - As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I – Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);

II – Data de início e prazo previsto para o término da obra;

III – Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual ou Federal;

IV – Custo total da obra;

V – Área total de construção;

VI – Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;

VII – Nome do engenheiro responsável pela obra;

VIII – Brasão do Município.

§ 1º - Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público;

§ 2º - Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando-se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º - No caso de obras a serem realizadas, em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no início e no fim do local onde ser realizará a obra, em local de grande visibilidade.

§ 1º - As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

Fl Nº 086/2011
066/2011
Processo

§ 2º - As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2,40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do início da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º - Esta Lei será aplicada às novas obras e às obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei nº 015/2011: Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

Publicação por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

A norma jurídica impugnada decorre do Projeto de Lei nº 015/11, de 10 de maio de 2011, de iniciativa parlamentar, dado que proposta pela Vereadora Naiara Regitano Hendrikx (fls. 161/164).

A matéria versada na referida lei invade a esfera de gestão administrativa, inerente à atividade típica do Poder Executivo.

Com efeito, a iniciativa de lei que disponha sobre organização administrativa é privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição do Brasil de 1988, e artigo 24, § 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, aplicáveis aos Municípios de acordo com o artigo 144 da Carta Bandeirante, restando, assim, configurado o vício de iniciativa.

A norma jurídica impugnada ocasiona manifesta ingerência do Legislativo na Administração do Município e a usurpação de funções, ao

Fl Nº 087/2011
066/2011
Processo

disciplinar de maneira específica quanto à publicidade informativa e impondo obrigação de fazer ao Poder Executivo, traduzindo mecanismos de controle da Administração, pelo Legislativo, não previsto na Constituição do Estado, dispondo sobre a afixação de placas informativas em obras públicas de maneira pormenorizada e estabelecendo detalhamento quanto às informações que obrigatoriamente deverão conter, ao local de sua fixação, dimensões, tempo de permanência, dentre outras disposições.

Em que pese a preocupação dos Vereadores da Casa Legislativa com a publicidade e transparência da administração pública, visando regulamentar o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, não é possível a criação de normas jurídicas com total desrespeito a postulados constitucionais.

Importante frisar que o legislativo municipal ao editar ato normativo sem a observância dessa regra constitucional violou o princípio da separação de funções, pois invadiu a área de atuação do Prefeito, a quem compete à administração da cidade em atos de planejamento, direção, organização e execução, conforme disposto no artigo 47, II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo, aplicável aos Municípios nos termos do artigo 144 da mesma Constituição.

É de conhecimento comum que a função primordial da Câmara é a edição de leis de conteúdo genérico e abstrato e a da Prefeitura é a de executar atos administrativos segundo o que dispuser os mandamentos legais, desde que estes, evidentemente, tenham nascido com a observância dos ditames constitucionais. Cada ente público deve, pois, cumprir o papel que lhe foi desenhado pela Magna Carta, sob pena de violação ao mencionado princípio da separação de poderes, consagrado no artigo 2º da Constituição da República e artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

E conforme apontado no parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça:

> *(...) embora a publicidade dos atos estatais – com caráter informativo – não atente contra a Constituição, mas sim com ela se harmoniza, a lei em epígrafe peca por dois aspectos: (I) não se limitou a disciplinar genérica e abstratamente a publicidade das obras públicas, indo mais além, ao ditar verdadeira ordem ou comando ao Prefeito, mediante a obrigação de afixar placas informativas* ***em todas as obras públicas****; (II) o seu nível de detalhamento ultrapassa os limites da razoabilidade, como, por exemplo,*

FI Nº 088/2011
Processo 066/2011

ao definir previamente o conteúdo das placas informativas, o local onde elas deverão ser afixadas, a distância de visibilidade, sua dimensão mínima e o tempo de permanência.

No julgamento da ADI 2.472-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, o colendo STF entendeu ofensiva à razoabilidade a exigência de publicação do custo da publicidade veiculada, solução que, guardadas as devidas proporções, é integralmente aplicável a este caso, pois tanto no referido precedente jurisprudencial como no caso em análise observa-se demasiado exagero na regulamentação do tema.

Evidentemente que, na espécie, a subsunção da norma ao caso concreto implica o reconhecimento da existência de subordinação do Prefeito à Câmara, o que, porém, não condiz com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes.

Deveras, a Câmara não pode por meio de lei substituir o Prefeito na tarefa de administrar o Município, com a implantação de verdadeiro "Estado Legal", solução a qual é incompatível com a realidade brasileira.

Veja-se, a propósito, que esta lei não faz nenhuma distinção entre as obras públicas, de grande, médio ou pequeno porte, obrigando a publicidade de todas elas sem exceção, em desacordo inclusive com a economicidade, além de apresentar soluções que, no plano da realidade, se apresentam injustificáveis.

De fato, como será possível garantir a visibilidade das placas informativas a uma distância mínima de 30 (trinta) metros, se o grau de visão é determinado de pessoa para pessoa?

Outra incongruência é a determinação do local onde serão colocadas as placas informativas, que se pressupõe seja sempre em local visível, máxime considerando-se que os conceitos de publicidade e transparência se contrapõem à ideia de segredo.

Fl Nº 089/2011
Processo 066/2011

Enfim, cumpre obtemperar que essa lei não cria propriamente despesa pública, e se o faz indiretamente, o que se admite só para argumentar, tal circunstância por si só não é apta a invalidá-la, pois o que a Constituição veda é o aumento direto da despesa em projeto de iniciativa reservada, situação não contemplada neste caso.

Conclui-se, assim, que, ao tornar obrigatória a afixação de placas informativas nas obras públicas e ao detalhar o seu conteúdo, o local onde estas deverão ser colocadas, as suas dimensões, distância mínima de visibilidade e tempo de permanência, a aludida lei violou os princípios da razoabilidade e independência e harmonia entre os Poderes, que vêm expressamente consagrados no artigo 5º e 111 da Carta Estadual. (fls. 441/443).

E, ainda, conforme indicado por este Relator no julgamento da ADI nº 137.237-0/2-00, julgado por este E. Órgão Especial em 13.08.2008:

Em casos semelhantes, este Tribunal, em sede de exame concentrado de constitucionalidade, tem reiteradamente afastado a interferência do Poder Legislativo sobre atividades e providências afetas ao Chefe do Poder Executivo, destacando que: Ao executivo haverá de caber sempre o exercício de atos que impliquem no gerir as atividades municipais. Terá, também, evidentemente, a iniciativa das leis que lhe propiciem a boa execução dos trabalhos que lhe são atribuídos. Quando a Câmara Municipal, o órgão meramente legislativo, pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são de incumbência do Prefeito (Adin n. 53.583-0, Rel. Des. Fonseca Tavares, no mesmo sentido, Adin n. 43.987, Rel. Des. Oeterer Guedes; Adin n. 41.091, Rel. Des. Paulo Shintate).

Esse o entendimento do C. Órgão Especial:

ADIN - Lei da Edilidade que 'OBRIGA A INSTALAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA EM TODAS AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL" - Inadmissibdidade - Vicio de iniciativa - Matéria tributária e orçamentária miscigenadas - Invasão em área típica da função administrativa, privativa do Chefe do Executivo, malferindo a independência e

Fl Nº 690/2011
Processo 066/2011

harmonia entre os poderes públicos - Doutrina e jurisprudência - Ação procedente.(ADI 0013662-27.2006.8.26.0000, Rel. Munhoz Soares, j. 16/01/2008, reg. 15/02/2008).

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 2*398/2005, do Município de Diadema - Afixação de placa era obras e equipamentos públicos municipais - Informações a serem inseridas contrariam os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da finalidade e do interesse público - Ação procedente.* (ADI 0010893-12.2007.8.26.0000, Rel. Sousa Lima, j. 03/09/2008, reg. 17/10/2008).

Resta portanto configurada a inconstitucionalidade da lei impugnada na presente demanda, por infração aos artigos 5, 24, § 2º, 47, II e XIV e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo.

Com amparo nos motivos expostos, o voto propõe seja julgada **PROCEDENTE** a ação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 741, de 12 de setembro de 2011 do Município da Estância Turística de Holambra, deste Estado.

JOSÉ REYNALDO
Relator

FI Nº 091/2011
Processo 066/2011

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial

Direta de Inconstitucionalidade - nº 0013593-82.2012.8.26.0000 - nº antigo .

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 06 de agosto de 2012.

São Paulo, 11 de setembro de 2012.

Helena Enobe - Matrícula: M110470
Escrevente Técnico Judiciário

REMESSA

Remeto os presentes autos ao Arquivo.

São Paulo, 11 de setembro de 2012.

Helena Enobe - Matrícula: M110470
Escrevente Técnico Judiciário

P/6312011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
"03803749"

76

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 0013593-82.2012.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA sendo réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IVAN SARTORI (Presidente), CORRÊA VIANNA, LUIZ PANTALEÃO, GONZAGA FRANCESCHINI, DE SANTI RIBEIRO, GUERRIERI REZENDE, WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, ELLIOT AKEL, CASTILHO BARBOSA, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, ARTUR MARQUES, CAUDURO PADIN, GUILHERME G. STRENGER, RUY COPPOLA, RENATO NALINI, CAMPOS MELLO, ROBERTO MAC CRACKEN, KIOITSI CHICUTA, ENIO ZULIANI, LUIS SOARES DE MELLO, LUIZ ANTONIO DE GODOY, RIBEIRO DA SILVA, FERRAZ DE ARRUDA e FRANÇA CARVALHO.

São Paulo, 23 de maio de 2012.

JOSÉ REYNALDO
RELATOR

VOTO Nº: 12186
ADI. Nº: 0013593-82.2012.8.26.0000
COMARCA: São Paulo
Autor.: Prefeita do Município de Holambra
Réu.: Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 741, de 12 de setembro de 2011, do Município da Estância Turística de Holambra, de autoria parlamentar, que dispõe sobre afixação de placas informativas em obras públicas – Inconstitucionalidade material – Ingerência na administração local – Usurpação, por parte do Legislativo, de atribuições pertinentes à atividade própria do Executivo – Inteligência do artigo 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, e artigos 24, § 2º, 47, II e XIV da Constituição do Estado aplicáveis aos municípios por força do artigo 144 da Constituição Paulista – Usurpação de funções – Violação do princípio da separação de poderes consagrado no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo – Procedência da ação.

A Prefeita do Município de Holambra ajuizou a presente ação direta buscando a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 741, de 12 de setembro de 2011, promulgada pela Câmara Municipal após rejeição de veto, estabelecendo normas sobre a afixação de placas informativas em obras públicas.

Alega, em suma, existência de vício formal de iniciativa de lei, vez que proposta por Vereador, impondo ao Executivo uma obrigação de fazer relacionada com a afixação de placas nas obras públicas, extrapolando os limites da fiscalização legislativa natural para instituir verdadeira tutela que ofende o princípio constitucional da separação de poderes (artigo 2º da Constituição Federal e artigos 5º da Carta Bandeirante). Ressalta que a função fiscalizadora do Poder Legislativo deve ser exercida através de controle externo, não podendo ser utilizado fora dos parâmetros indicados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município e, da maneira como tratada no diploma impugnado, caracteriza forma de prestação de contas, violando o disposto nos artigos 29, XI, 30, III, 31, §§ 2º e 3º, 49, X e 165, § 3º da Lei Maior, e artigos 37 e 47, II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo. Indica ausência de estudo do impacto orçamentário-financeiro decorrente da Lei guerreada, cuja implementação resultará em inevitável

aumento de despesa para o Município, conforme determina a Lei Complementar 101/00 (artigos 16 e 17). Pede a concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos da norma impugnada e ao final, a procedência da ação declarando-se a inconstitucionalidade da lei 741, de 12 de setembro de 2011 do Município de Holambra.

A medida cautelar foi deferida liminarmente pela decisão de fls. 124 e vº, determinando, ato contínuo, o processamento da ação.

As informações foram prestadas pelo Presidente da Câmara Municipal, sustentando, em suma, ausência de inconstitucionalidade, na medida em que a lei impugnada versa sobre matéria de interesse público, visando regulamentar o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, adequando as obras publicas e determinando a publicidade dos atos públicos e a devida transparência, definindo ainda, que os gastos com as placas serão de responsabilidade das empresas vencedoras, não criando, portanto, gastos ao Município. Acrescenta ser praxe no município a instalação de placas em obras públicas com a indicação dos responsáveis técnicos, não havendo, portanto, geração de gastos à administração. (fls. 143/159 e documentos fls. 160/429)

A Fazenda do Estado, citada na pessoa de seu Procurador Geral, deixou de se manifestar sob alegação de que a matéria é de interesse local (fls. 432/433).

A Douta Procuradoria-Geral da Justiça opina pela procedência do pedido (fls. 435/443).

É o relatório.

A presente ação direta questiona a validade constitucional da seguinte norma jurídica:

"LEI Nº 741 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM OBRAS PÚBLICAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas obras públicas executadas pela administração pública direta, indireta ou por empresa particular contratada pelo Poder Público, para este fim.

Artigo 2º - As placas de identificação de construção de obras públicas, de que trata o artigo anterior, que são instaladas por ocasião da realização das obras, deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I – Finalidade da obra e seu tipo (construção, reforma ou ampliação);

II – Data de início e prazo previsto para o término da obra;

III – Identificação da origem dos recursos financeiros para execução da obra, se o mesmo é Municipal, Estadual ou Federal;

IV – Custo total da obra;

V – Área total de construção;

VI – Nome ou razão social da empresa vencedora da licitação, responsável pela obra;

VII – Nome do engenheiro responsável pela obra;

VIII – Brasão do Município.

§ 1º - Nas placas não poderá conter, nomes, imagens, símbolos, marcas ou qualquer tipo de efeito publicitário que evidencie propaganda pessoal dos agentes do Poder Público;

§ 2º - Quando for necessário poderá ser empregada uma mensagem que vise à conscientização ambiental positiva no entorno da obra pública, utilizando-se para isso placa de sinalização e aviso com medidas de 0,60x1,00 metros.

Artigo 3º - No caso de obras a serem realizadas, em ruas, avenidas ou estradas, com mais 100 (cem) metros de comprimento, as placas deverão ser colocadas no início e no fim do local onde ser realizará a obra, em local de grande visibilidade.

§ 1º - As placas deverão ser afixadas dentro dos limites dos canteiros de obras, devendo as mesmas serem visíveis a uma distância de pelo menos 30 (trinta) metros.

§ 2º - As placas informativas deverão ter dimensões mínimas de 2,40 x 1,50 metros e permanecerá afixada no local desde o primeiro dia do início da obra e permanecer por pelo menos 30 (trinta) dias após sua conclusão.

§ 3º - Esta Lei será aplicada às novas obras e às obras que sejam reiniciadas por meio de novo processo licitatório.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Autor do Projeto de Lei nº 015/2011: Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

Publicação por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

A norma jurídica impugnada decorre do Projeto de Lei nº 015/11, de 10 de maio de 2011, de iniciativa parlamentar, dado que proposta pela Vereadora Naiara Regitano Hendrikx (fls. 161/164).

A matéria versada na referida lei invade a esfera de gestão administrativa, inerente à atividade típica do Poder Executivo.

Com efeito, a iniciativa de lei que disponha sobre organização administrativa é privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição do Brasil de 1988, e artigo 24, § 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, aplicáveis aos Municípios de acordo com o artigo 144 da Carta Bandeirante, restando, assim, configurado o vício de iniciativa.

A norma jurídica impugnada ocasiona manifesta ingerência do Legislativo na Administração do Município e a usurpação de funções, ao

disciplinar de maneira específica quanto à publicidade informativa e impondo obrigação de fazer ao Poder Executivo, traduzindo mecanismos de controle da Administração, pelo Legislativo, não previsto na Constituição do Estado, dispondo sobre a afixação de placas informativas em obras públicas de maneira pormenorizada e estabelecendo detalhamento quanto às informações que obrigatoriamente deverão conter, ao local de sua fixação, dimensões, tempo de permanência, dentre outras disposições.

Em que pese a preocupação dos Vereadores da Casa Legislativa com a publicidade e transparência da administração pública, visando regulamentar o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, não é possível a criação de normas jurídicas com total desrespeito a postulados constitucionais.

Importante frisar que o legislativo municipal ao editar ato normativo sem a observância dessa regra constitucional violou o princípio da separação de funções, pois invadiu a área de atuação do Prefeito, a quem compete à administração da cidade em atos de planejamento, direção, organização e execução, conforme disposto no artigo 47, II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo, aplicável aos Municípios nos termos do artigo 144 da mesma Constituição.

É de conhecimento comum que a função primordial da Câmara é a edição de leis de conteúdo genérico e abstrato e a da Prefeitura é a de executar atos administrativos segundo o que dispuser os mandamentos legais, desde que estes, evidentemente, tenham nascido com a observância dos ditames constitucionais. Cada ente público deve, pois, cumprir o papel que lhe foi desenhado pela Magna Carta, sob pena de violação ao mencionado princípio da separação de poderes, consagrado no artigo 2º da Constituição da República e artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

E conforme apontado no parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça:

> *(...) embora a publicidade dos atos estatais – com caráter informativo – não atente contra a Constituição, mas sim com ela se harmoniza, a lei em epígrafe peca por dois aspectos: (I) não se limitou a disciplinar genérica e abstratamente a publicidade das obras públicas, indo mais além, ao ditar verdadeira ordem ou comando ao Prefeito, mediante a obrigação de afixar placas informativas* ***em todas as obras públicas****; (II) o seu nível de detalhamento ultrapassa os limites da razoabilidade, como, por exemplo,*

ao definir previamente o conteúdo das placas informativas, o local onde elas deverão ser afixadas, a distância de visibilidade, sua dimensão mínima e o tempo de permanência.

No julgamento da ADI 2.472-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, o colendo STF entendeu ofensiva à razoabilidade a exigência de publicação do custo da publicidade veiculada, solução que, guardadas as devidas proporções, é integralmente aplicável a este caso, pois tanto no referido precedente jurisprudencial como no caso em análise observa-se demasiado exagero na regulamentação do tema.

Evidentemente que, na espécie, a subsunção da norma ao caso concreto implica o reconhecimento da existência de subordinação do Prefeito à Câmara, o que, porém, não condiz com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes.

Deveras, a Câmara não pode por meio de lei substituir o Prefeito na tarefa de administrar o Município, com a implantação de verdadeiro "Estado Legal", solução a qual é incompatível com a realidade brasileira.

Veja-se, a propósito, que esta lei não faz nenhuma distinção entre as obras públicas, de grande, médio ou pequeno porte, obrigando a publicidade de todas elas sem exceção, em desacordo inclusive com a economicidade, além de apresentar soluções que, no plano da realidade, se apresentam injustificáveis.

De fato, como será possível garantir a visibilidade das placas informativas a uma distância mínima de 30 (trinta) metros, se o grau de visão é determinado de pessoa para pessoa?

Outra incongruência é a determinação do local onde serão colocadas as placas informativas, que se pressupõe seja sempre em local visível, máxime considerando-se que os conceitos de publicidade e transparência se contrapõem à ideia de segredo.

harmonia entre os poderes públicos - Doutrina e jurisprudência - Ação procedente.(ADI 0013662-27.2006.8.26.0000, Rel. Munhoz Soares, j. 16/01/2008, reg. 15/02/2008).

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 2*398/2005, do Município de Diadema - Afixação de placa era obras e equipamentos públicos municipais - Informações a serem inseridas contrariam os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da finalidade e do interesse público - Ação procedente.* (ADI 0010893-12.2007.8.26.0000, Rel. Sousa Lima, j. 03/09/2008, reg. 17/10/2008).

Resta portanto configurada a inconstitucionalidade da lei impugnada na presente demanda, por infração aos artigos 5, 24, § 2º, 47, II e XIV e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo.

Com amparo nos motivos expostos, o voto propõe seja julgada **PROCEDENTE** a ação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 741, de 12 de setembro de 2011 do Município da Estância Turística de Holambra, deste Estado.

JOSÉ REYNALDO
Relator